

# REVIVE

Reabilitação, Património e Turismo

## FORTE DA BARRA DE AVEIRO | CASTELO DA GAFANHA

Instalação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística



## Índice

Caderno de Encargos .....	3
1. Apresentação do Imóvel .....	5
Enquadramento Geográfico .....	5
Enquadramento Histórico .....	5
2. Enquadramento da Intervenção .....	9
3. Vocação (Programa Funcional) .....	11
4. Espaços disponíveis .....	13
Edifício .....	13
Espaço Exterior .....	15
5. Condicionantes da Intervenção .....	17
5.1 Níveis de Proteção .....	17
5.2 Elementos Notáveis .....	21
5.3 Área de Possível Construção .....	23
6. Acessos e Estacionamento .....	25
Acessos .....	25
Estacionamento .....	25
Áreas públicas .....	25
Anexo I .....	27
Anexo II .....	33
Anexo III .....	43



Exploração do Forte da Barra de Aveiro para a instalação de um empreendimento turístico,  
alojamento local ou outro projeto de vocação turística

## **Caderno de Encargos**

- Termos de Referência para o Projeto -



Vista aérea da Barra de Aveiro<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Fonte: Arquivo do Porto de Aveiro

## 1. Apresentação do Imóvel

### Enquadramento Geográfico

O Forte da Barra encontra-se implantado na ilha de Mó de Baixo, Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro. Este edifício destaca-se na margem da Ria de Aveiro pela sua torre de sinais estrategicamente colocada na foz do Rio Vouga, com uma visão ampla e privilegiada sobre a cidade e a Ria de Aveiro.

A sua inserção no centro ribeirinho da Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, e a proximidade a Aveiro permite o usufruto de todas as comodidades que estas cidades da Beira Litoral oferecem, nomeadamente equipamentos de cultura e lazer e da proximidade ao mar e ao rio. A nível de acessos, esta área é servida por autoestradas (A25 e A1), o *Ferry-boat* de Aveiro e a Base Aérea de São Jacinto, encontra-se a cerca de uma hora do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto) e do Terminal de Passageiros do Porto de Leixões (Porto).

A zona onde o Forte se encontra inserido é rica em património natural e arquitetónico, particularmente o centro histórico e zona ribeirinha de Aveiro, a Praia da Costa Nova do Prado, a Reserva Natural de São Jacinto e as Salinas de Aveiro. Nesta região destacam-se alguns imóveis de interesse, nomeadamente a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, o Mosteiro de Jesus, a Sé de Aveiro e a Igreja das Carmelitas.

### Enquadramento Histórico

O Forte da Barra de Aveiro foi construído no século XVII, durante a Guerra da Restauração, com o objetivo de defender a foz do Rio Vouga. Este imóvel faz parte de um conjunto de fortalezas edificadas entre 1642 e 1648 com o intuito de reforçar as fronteiras do reino. A reestruturação da rede de fortalezas fronteiriças foi levada a cabo pelo Conselho de Guerra, criado por D. João IV.

No início do século XIX, o Forte foi reconstruído de acordo com o plano de defesa do reino, definido no final do século XVIII. Durante as Invasões Francesas, para além das suas funções originais, estas instalações serviram também como prisão. Em 1840 foi edificada a torre de sinalização sob a direção do Engenheiro Oliveira Antunes.

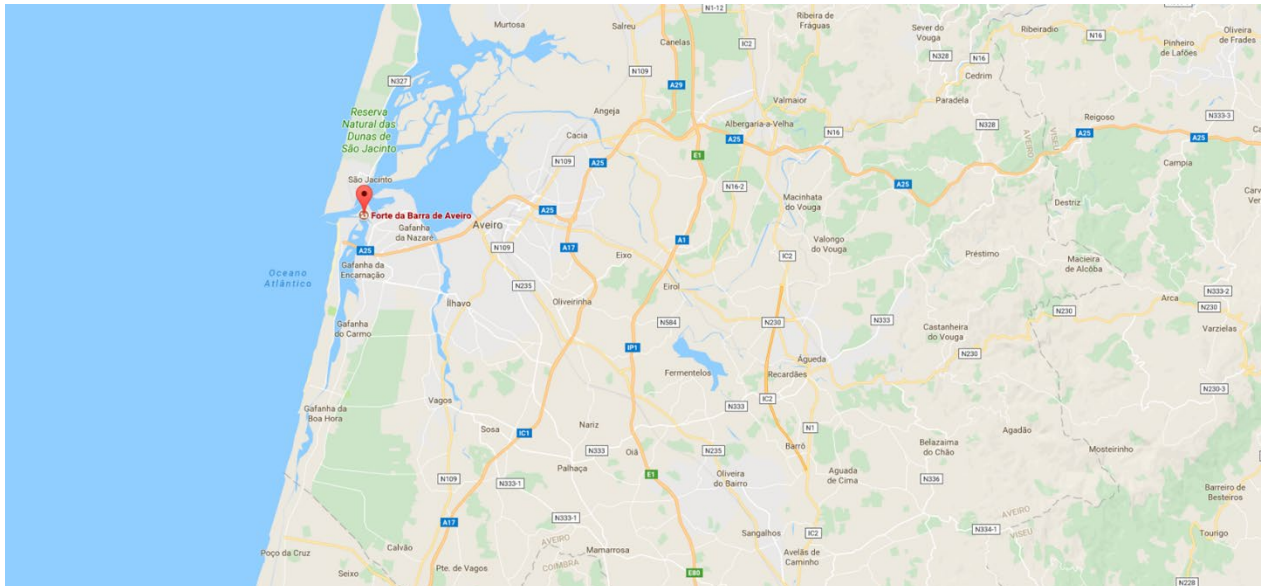
O Forte da Barra de Aveiro perde, em meados do século XIX, a sua importância defensiva e estratégica, sendo consequentemente desativadas as suas funções militares. Até ao final do século XIX ainda serviu como local de auxílio à navegação na entrada de barcos na ria, mas com a abertura da Barra de Aveiro e a construção, em 1983, do novo farol, perde também esta função.

No século XX, o forte foi comprado à Marinha Portuguesa pela Direção Geral de Portos, sendo utilizado como residência de funcionários e posteriormente como armazém.

O Forte integra, desde o final de 2016, a lista de imóveis que o Estado Português, através do Projeto REVIVE, concessionará a privados para a instalação de atividades que promovam o Turismo.



## Mapas de Localização



Localização do Forte a nível regional<sup>2</sup>



Enquadramento do Forte no concelho de Ílhavo<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Fonte: Google Maps



### **Cronologia<sup>3</sup>**

Séc. XVII

1640 - Construído durante a guerra da Restauração.

Séc. XIX

1801 - Reconstrução tendo em conta o plano de defesa nacional;

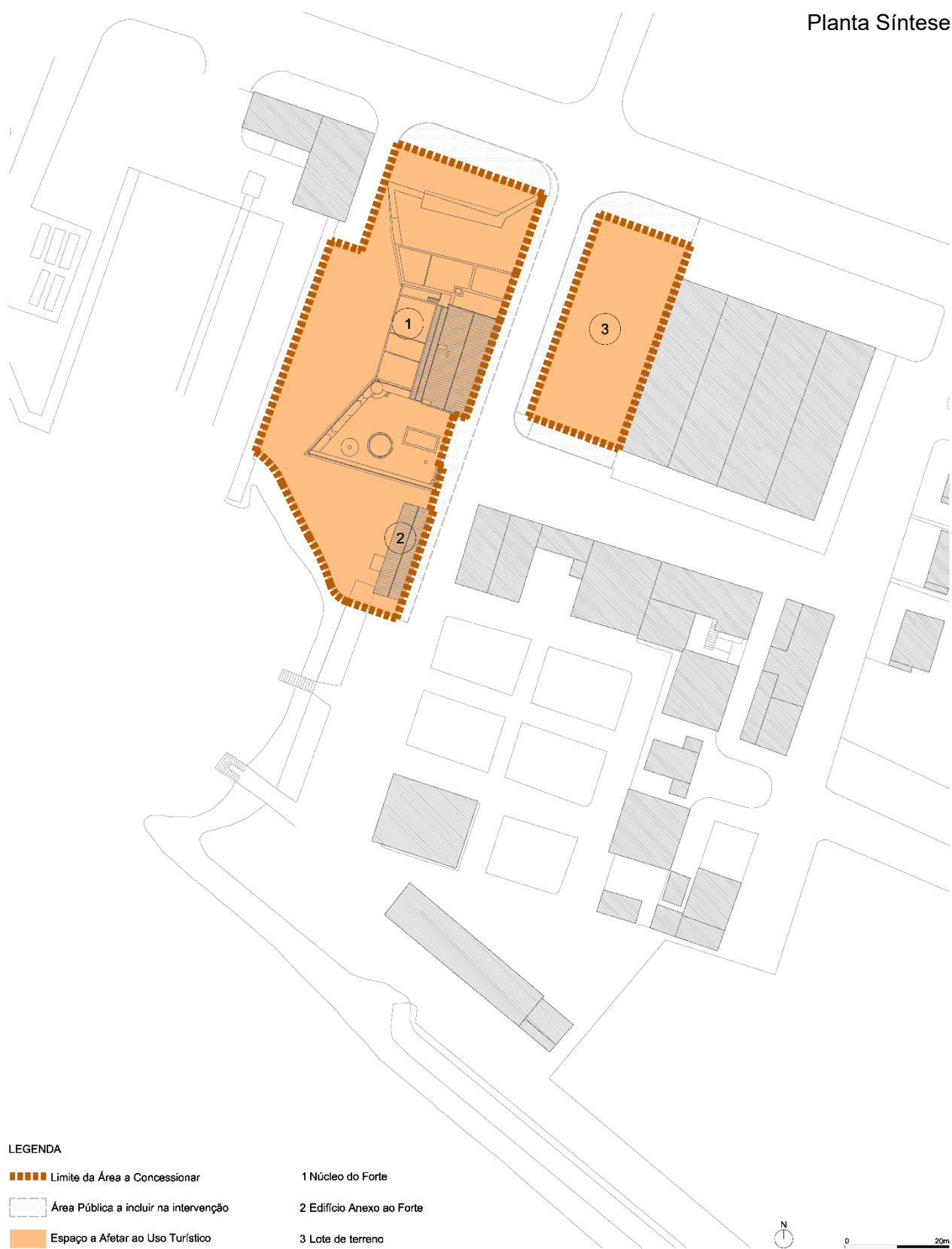
Séc. 19 - Perdida a eficácia militar, é construída, contígua à fortaleza, uma bateria rasa.

Séc. XXI

2016 - O edifício integra, a 28 de Dezembro, a lista de 30 imóveis a concessionar pelo Estado Português a privados, para instalação de atividades que promovam o Turismo.

---

<sup>3</sup> Fonte: SIPA



## 2. Enquadramento da Intervenção

O Forte da Barra de Aveiro encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1974, Decreto n.º 735/74, DG, 1.ª série, n.º 297 de 21 de Dezembro de 1974, com uma última proposta de Zona Especial de Proteção (ZEP) datada de 12 de Outubro de 2016. Este imóvel é propriedade da Administração do Porto de Aveiro.

Esta fortificação serviu a sua função de defesa até meados do século XIX, altura em que caiu em desuso, até ao final do século funcionou como ponto de orientação para entrada na barra. No século XX ainda foi utilizado como residência e armazém, atualmente, esta fortificação encontra-se devoluta.

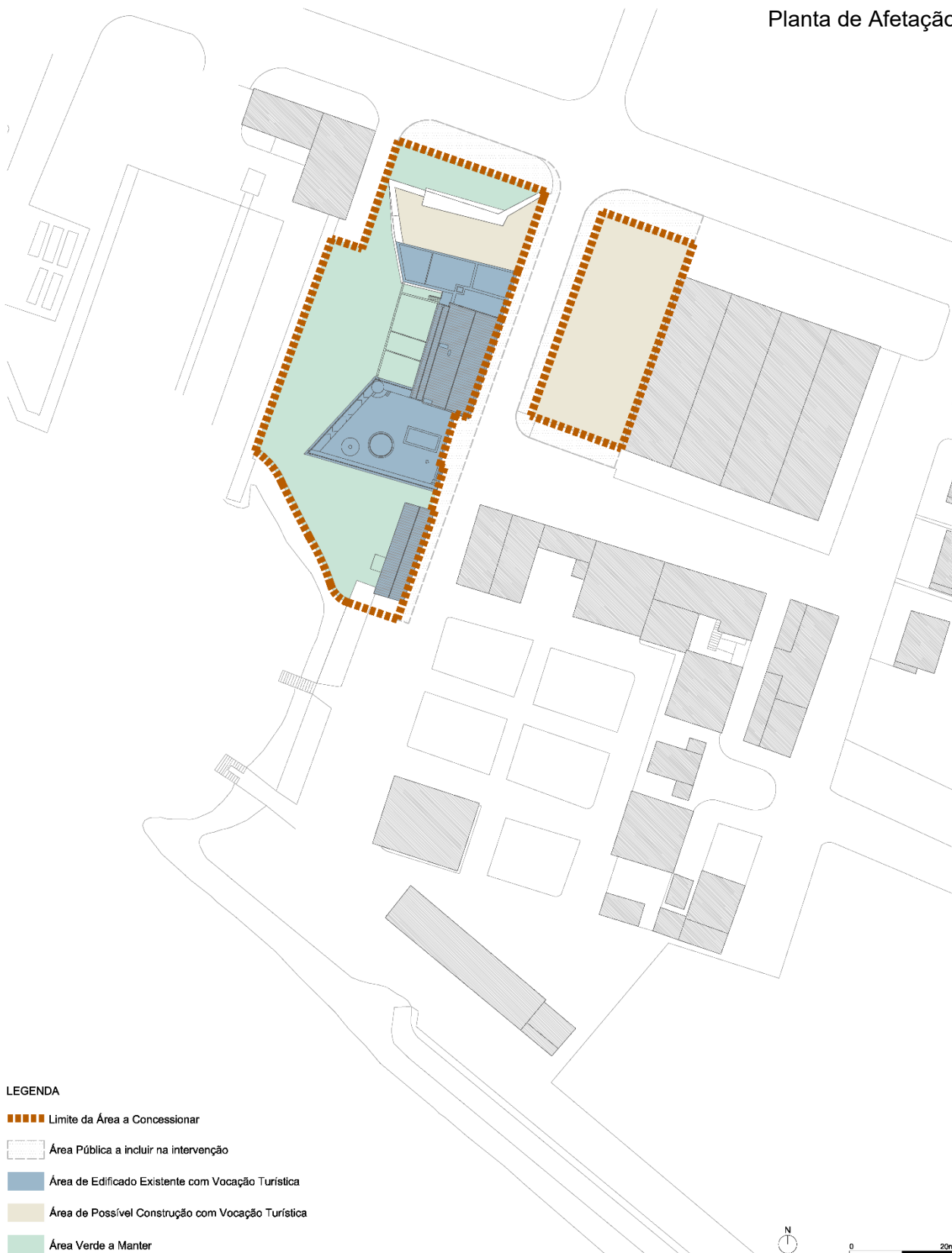
Apesar de nos dias de hoje este imóvel se encontrar fechado, o núcleo do Forte (1), nomeadamente a zona do baluarte sul, ostenta um ótimo estado de conservação, fruto das intervenções de que foi alvo em 2016, levadas a cabo pelo atual proprietário. Também os restantes edifícios que compõem este núcleo e o conjunto a concessionar foram alvo de intervenções, como o edifício anexo ao Forte (2) de forma a preservar a sua integridade.

Devido à relevância deste conjunto, pretende-se a sua revitalização através da implementação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística, que deverá ocupar os edifícios existentes, usufruindo também dos espaços exteriores que o compõem.

Esta nova valência será uma mais-valia para o Forte, uma vez que possibilitará a fruição destes espaços esquecidos, evitando assim a sua degradação e consequente perda, bem como permitirá devolver o monumento à cidade, preservando o seu papel enquanto elemento diferenciador na paisagem.

A recuperação deste imóvel, não será apenas uma mais-valia para a cidade, mas também, num âmbito mais alargado, para o concelho, tendo em conta que esta região não dispõe de muitos alojamentos turísticos com as características arquitetónicas singulares patentes no edifício e envolvente, bem como o cenário privilegiado e as potencialidades que este monumento evidência.

## Planta de Afetação



### 3. Vocação (Programa Funcional)

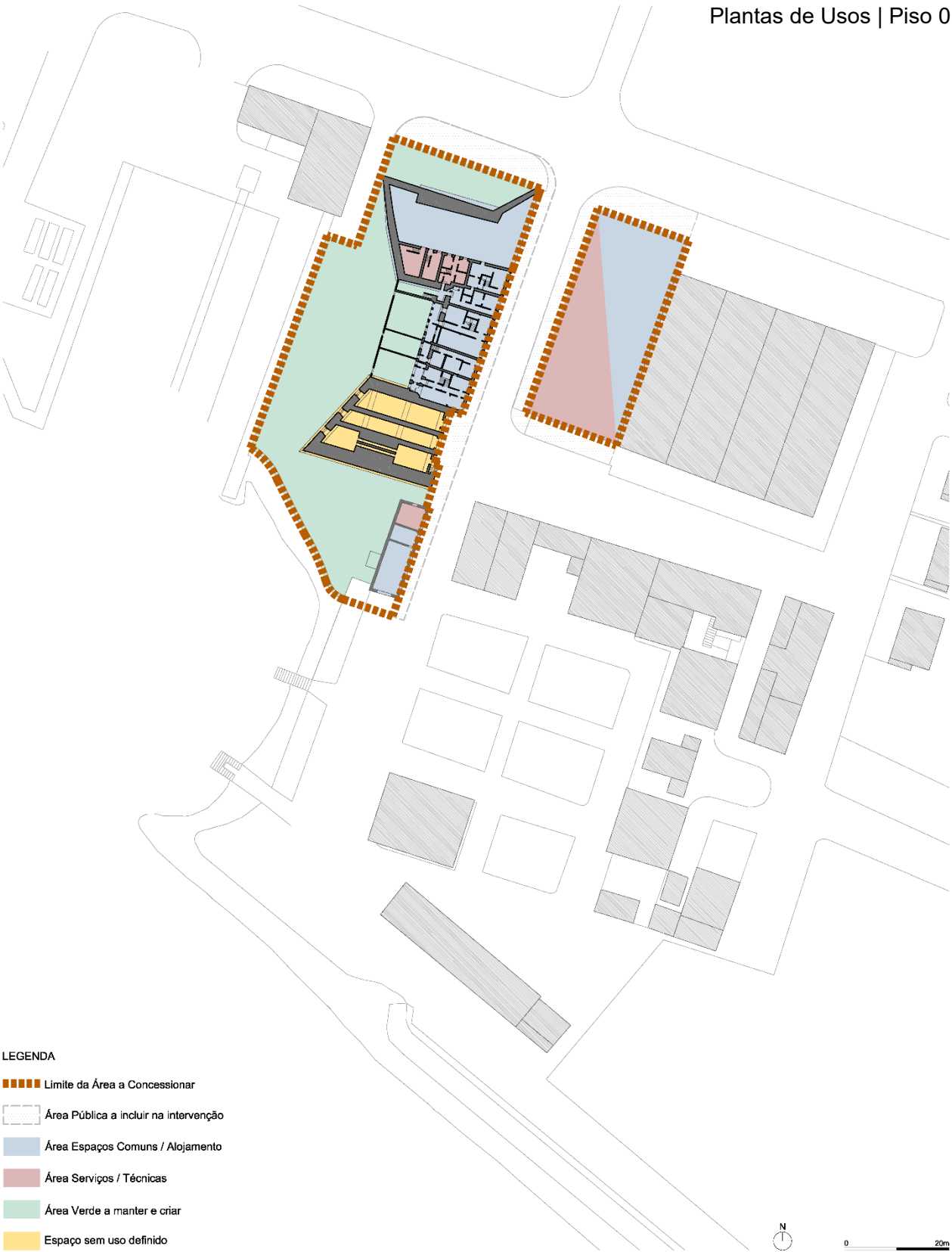
O presente concurso tem como objetivo principal a dignificação e preservação do antigo Forte através da implementação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística com elevados padrões de qualidade, que abarque um programa de atividades diversificado. O programa funcional a executar deve privilegiar o alojamento, incluindo outras valências como restauração. No âmbito da criação de estruturas complementares, pode ser desenvolvido um programa de vertente lúdica, vocacionado para os utentes, mas também para o público em geral. Neste sentido, existe a possibilidade de criar um ancoradouro próprio, nas imediações do Forte, que permitirá uma maior interação com a Ria e possibilitará o desenvolvimento de atividades náuticas.

#### *Alojamento*

Alguns dos edifícios que compõem este imóvel já serviram como residência, pelo que a sua estrutura e organização espacial facilitam a conceção de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística. Este equipamento deve ser composto por quartos, espaços sociais comuns e serviços de apoio, bem como estruturas adicionais que o complementem.

#### *Restauração*

Nos termos legais, a instalação de um serviço de restauração neste conjunto edificado pode ser uma grande mais-valia para destacar esta unidade das demais existentes. Este serviço deve estar em consonância com os padrões de qualidade definidos para o empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística, procurando servir os hóspedes e o público em geral.





#### 4. Espaços disponíveis

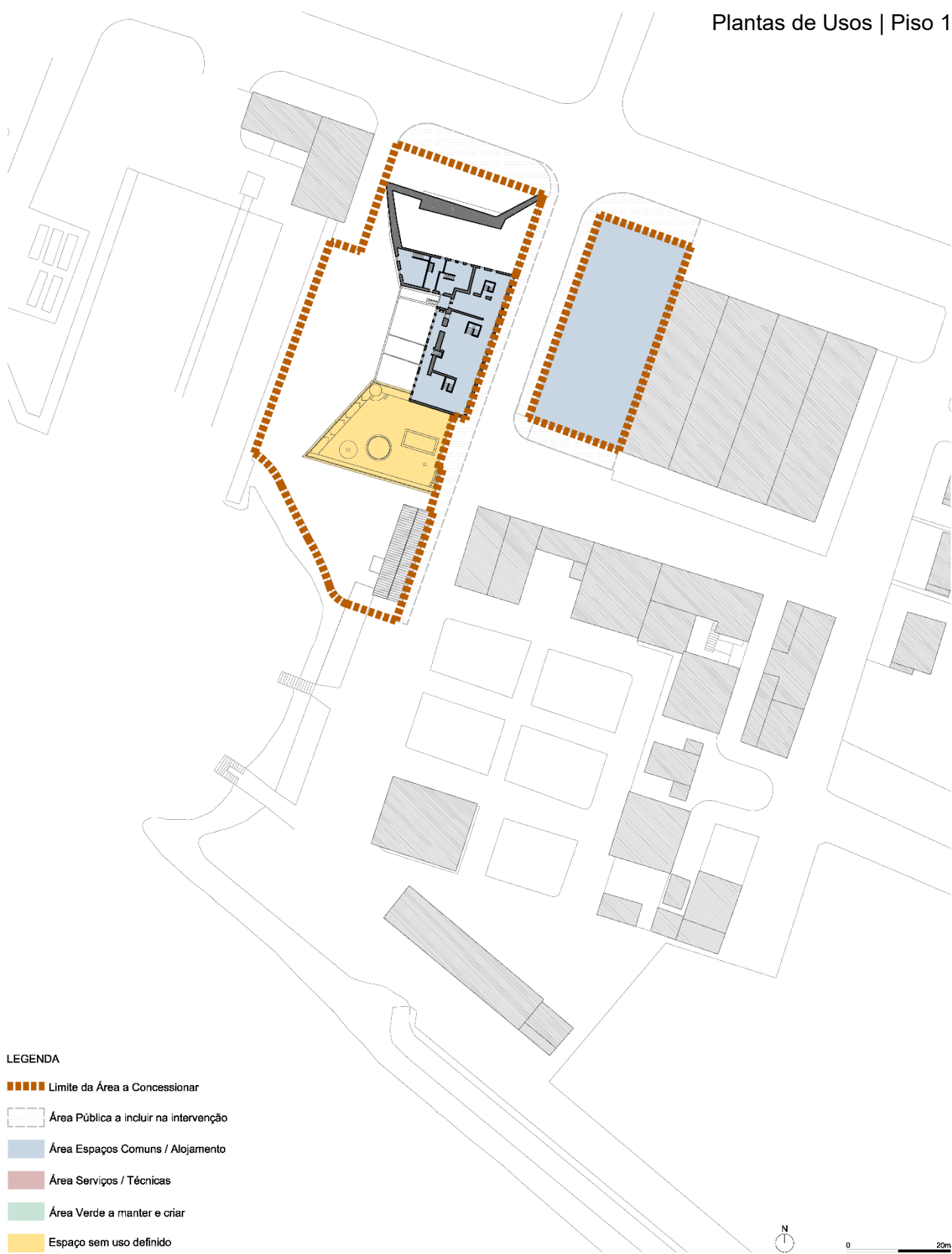
O novo empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística deverá ocupar os edifícios existentes, bem como os espaços exteriores que os compõem. Propõe-se ainda uma área de possível construção, que visa complementar o espaço atualmente disponível (ver ponto 5.3).

##### Edifício

Este conjunto edificado é composto pelo Núcleo do Forte e o edifício anexo ao Forte. O imóvel é dotado ainda de uma zona exterior, que se volta para a Ria de Aveiro.

O Forte (1) é uma estrutura de pequenas dimensões, composta por dois meios baluartes, ligados por uma cortina. O meio baluarte sul contém um piso térreo composto por três espaços abobadados e no piso superior, sobre um terraço, surge uma torre de vigia e um farol, constituído por tambores sobrepostos. Esta zona, onde ainda é possível observar parte da escarpa, do cordão e três canhoes, ocupa uma área de implantação de 366 m<sup>2</sup>. O meio baluarte norte e a cortina, com uma área de implantação de 731 m<sup>2</sup>, encontram-se atualmente dissimulados nas edificações que se ergueram sobre estes. Estas construções, adossadas à estrutura original do forte, são compostas por dois pisos, com paredes e molduras rebocadas, funcionando ao nível do piso térreo como oito edifícios independentes. Os sucessivos edifícios construídos ocupam, no total, uma área de implantação de 413 m<sup>2</sup> e uma área bruta de construção de 826 m<sup>2</sup>. Estes edifícios devem albergar os espaços comuns, de alojamento, as áreas de serviços de apoio e as áreas técnicas (na zona mais a norte), já a zona do meio baluarte sul, deve ser mantida intacta.

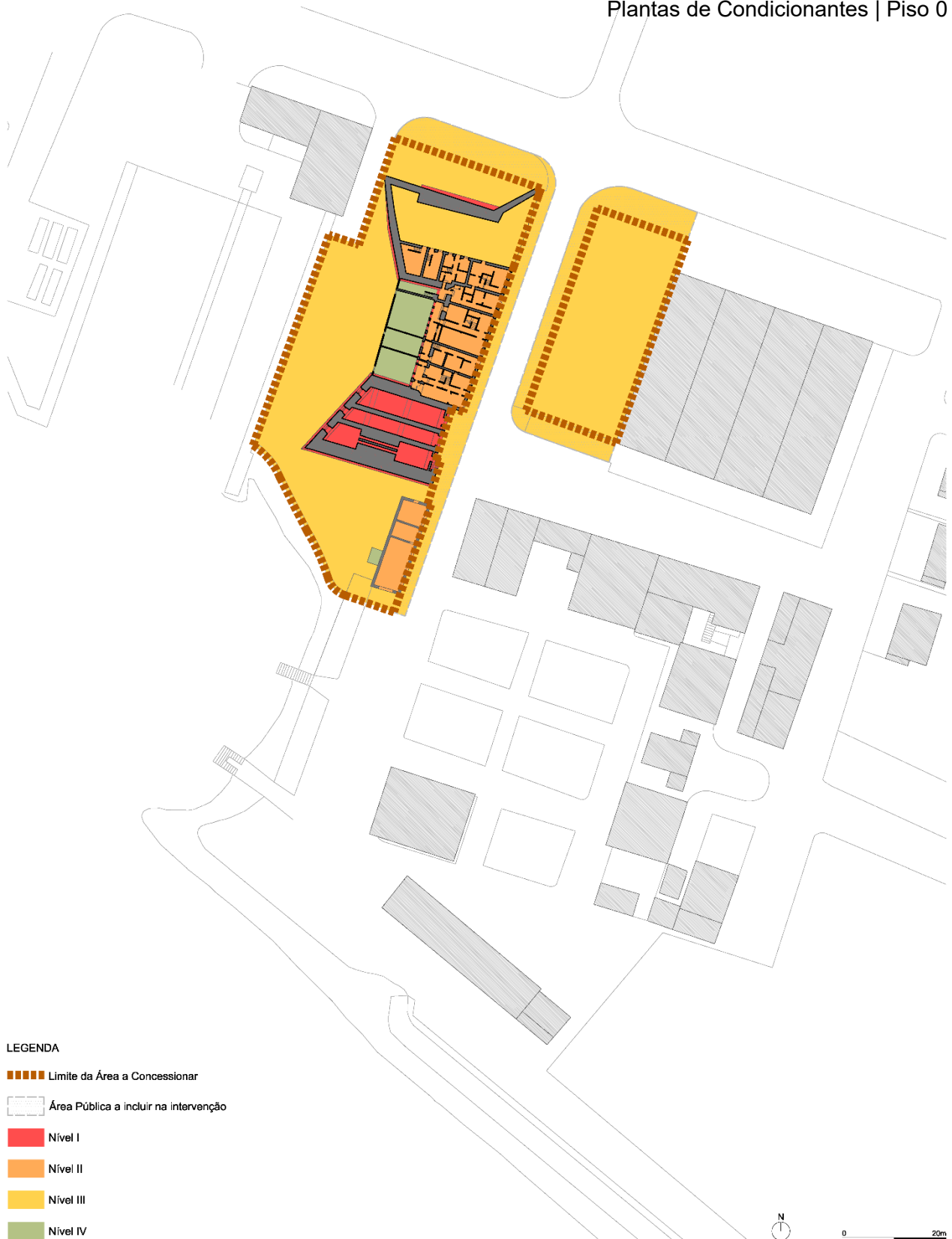
O edifício anexo ao Forte (2), contém apenas um piso, com uma área de implantação de 107 m<sup>2</sup>, apresenta também as paredes e molduras rebocadas e funciona de forma independente do restante edificado, sendo por isso propício à instalação de restaurante ou de um equipamento vocacionado para as atividades náuticas.



## **Espaço Exterior**

O espaço exterior existente volta-se quase na sua totalidade para a ria, envolvendo o Forte, restando apenas uma pequena zona, voltada para Norte, que confina com o muro da fortaleza. Todo o espaço exterior disponível estende-se ao longo de uma área com 1500 m<sup>2</sup>.

Os diferentes espaços existentes devem ser reabilitados de forma a permitir um melhor aproveitamento das valências deste imóvel, procurando criar espaços distintos com zonas de descanso e fruição. Parte destes espaços podem também ser aproveitados para a implementação de um programa de lazer, aproveitando a estreita relação e proximidade com a Ria de Aveiro.



## 5. Condicionantes da Intervenção

### 5.1 Níveis de Proteção

A intervenção deve, em termos patrimoniais, respeitar e cumprir toda a legislação específica aplicável a um imóvel classificado como Imóvel de Interesse Público. Será fundamental preservar a coerência e leitura global do conjunto, tendo particular atenção às opções construtivas, os tipos de infraestruturas e materiais a aplicar, bem como qual sinalética a utilizar, de forma a permitir uma melhor integração destes novos elementos com o existente, não desvirtuando a imagem do imóvel.

Nesta intervenção, será também importante conciliar as diferentes valências a operar neste imóvel, bem como definir os circuitos necessários e a hierarquia dos acessos, nomeadamente a distinção entre público e privado.

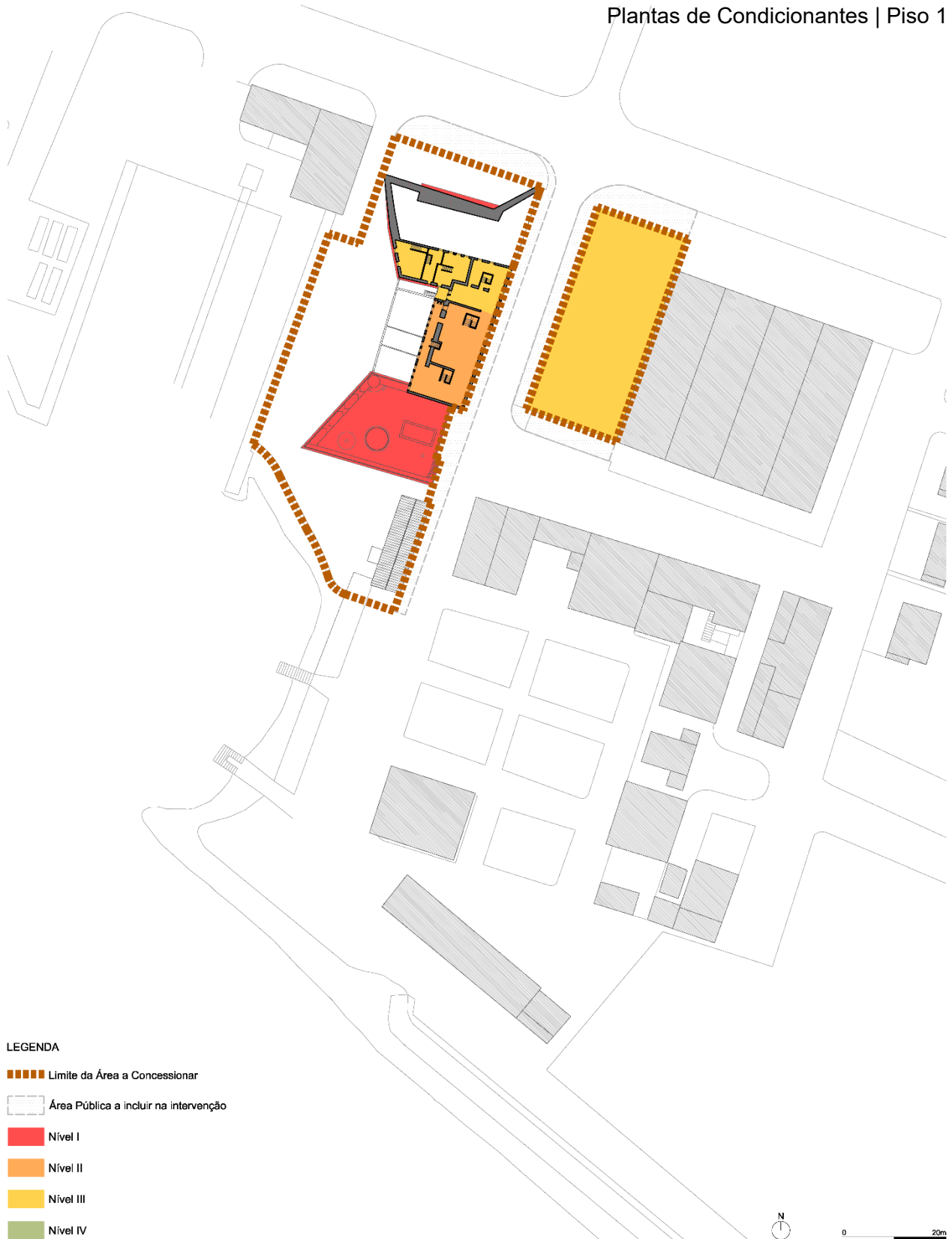
As condicionantes da intervenção, do ponto de vista patrimonial, encontram-se expostas em quatro níveis de proteção nas Plantas de Condicionantes.

#### *Nível I - Proteção Total*

O nível I apresenta-se como o nível máximo de proteção, englobando os elementos de maior relevância patrimonial, bem como alguns elementos que os complementam. É expressamente proibida a demolição ou remoção dos elementos existentes, a alteração volumétrica ou a modificação das fachadas existentes.

Deve-se apresentar um Plano de Preservação e Conservação que demonstre as medidas a ser tomadas para a manutenção de todos os elementos constituintes, reunidos neste nível de proteção.

Este nível de proteção salvaguarda todo o recinto amuralhado, incluindo a zona do meio baluarte sul, que engloba os elementos mais marcantes desta fortificação, nomeadamente o Farol, bem como a cortina e o meio baluarte norte. Nestes espaços devem ser restituídas as suas condições originais, caso tenham sido desvirtuadas com as alterações efetuadas ao longo dos anos. No caso do baluarte norte deve ser reconstruída a sua volumetria original.





### *Nível II - Proteção Parcial*

O nível II apresenta-se como o nível intermédio de proteção, onde os elementos de maior relevância patrimonial devem ser preservados, mas onde se permite a remoção de paredes não originais e não estruturais, bem como os revestimentos e elementos que compõem as cozinhas e as instalações sanitárias. É expressamente proibida a alteração volumétrica ou a modificação das fachadas, bem como a abertura ou alargamento de vãos nas paredes a preservar.

Este nível de proteção salvaguarda os edifícios construídos sobre o meio baluarte norte e a cortina, bem como o edifício anexo ao Forte.

No edifício do núcleo do Forte, localizado mais a Norte, pretende-se que seja reconstruído o primeiro piso. Em todos os edifícios devem ser desentapados os vãos originais e todas as novas caixilharias devem procurar seguir a métrica e a estética das originais. Estas intervenções contribuirão para restaurar as particularidades primitivas destes edifícios. É expressamente proibida a alteração volumétrica ou a modificação das fachadas e dos planos dos muros existentes, bem como a abertura ou alargamento de vãos, nos muros da cortina e do baluarte norte.

Permite-se ainda a abertura de vãos, na fachada poente do edifício anexo ao Forte, de forma a possibilitar uma maior fruição da vista para a Ria. Estes novos vãos não devem ocupar mais que um terço da área total da fachada, tanto em planta como em alçado.

### *Nível III - Sem Proteção*

O nível III apresenta-se como o nível mais baixo de proteção, enquadrando as zonas que se devem manter, mas com impedimentos ligeiros à intervenção, nomeadamente onde é possível expandir a área de construção.

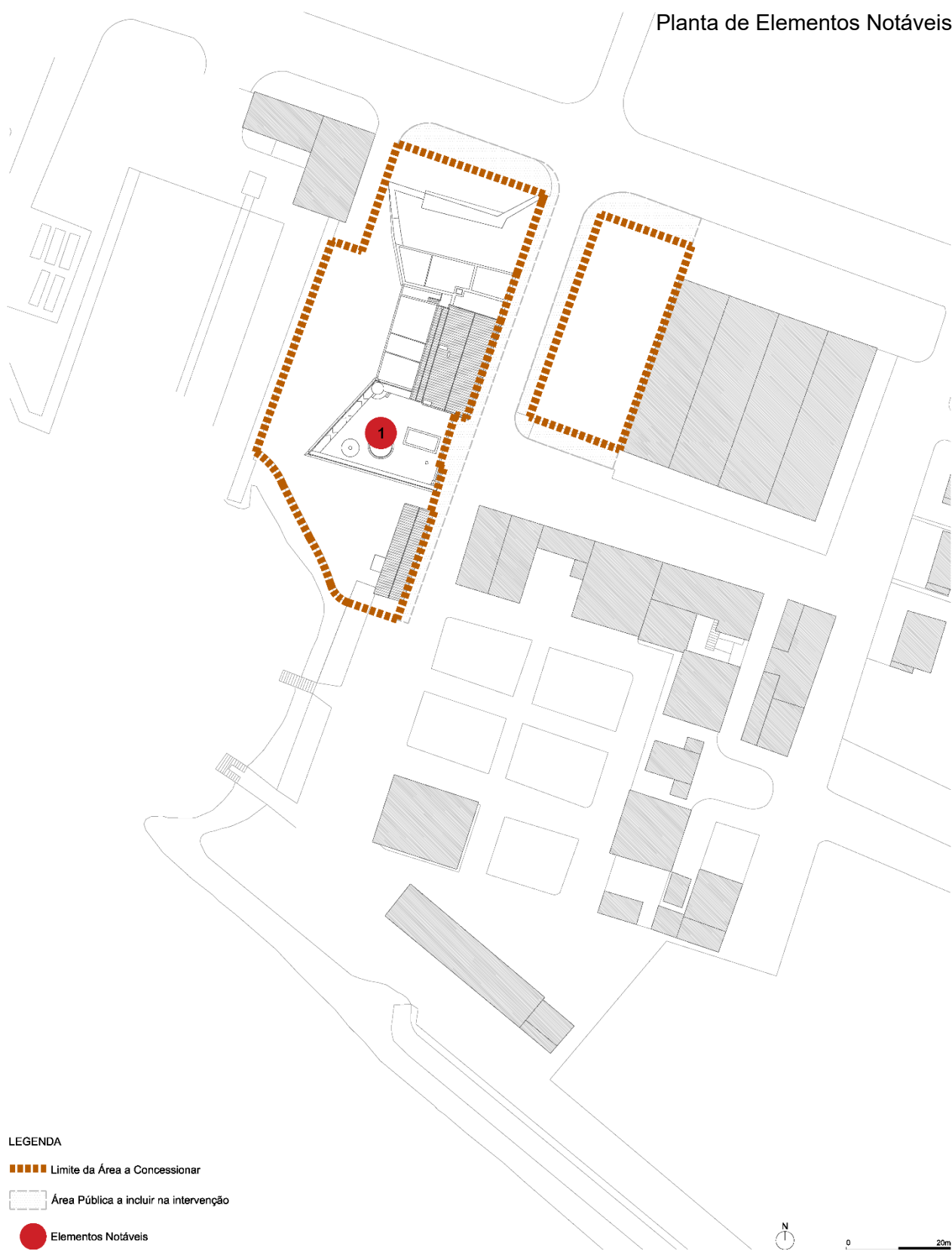
Este nível engloba toda a zona exterior voltada para a Ria e uma pequena zona intramuros, ao nível do piso 0, no baluarte norte, bem como o lote de terreno fronteiro ao forte.

### *Nível IV - Demolição*

O nível IV apresenta-se como o nível sem proteção, onde se pretende que sejam removidas todas as construções sem valor patrimonial que desvirtuam e confundem a leitura do conjunto.

Este nível engloba as construções existentes no núcleo do Forte, entre os meios baluartes, e o barracão adossado ao edifício anexo ao Forte. Atualmente encontra-se nesta área um posto de telecomunicações e as suas infraestruturas. No entanto, existe um acordo para que este posto seja retirado aquando da recuperação do imóvel.

Planta de Elementos Notáveis



LEGENDA

- Limite da Área a Concessionar
- Área Pública a incluir na intervenção
- Elementos Notáveis



0 20m

## 5.2 Elementos Notáveis

Neste forte destacam-se alguns elementos arquitetónicos que, pelo seu valor patrimonial, devem ser preservados e recuperados.

Exteriormente não podemos deixar de contemplar o recinto amuralhado do Forte, particularmente perceptível no meio baluarte sul, mas o elemento que tem principal destaque neste conjunto é o Farol (1). Esta torre de sinalização, caiada de branco, é composta por tambores sobrepostos, demarcados por linhas horizontais de cor preta na fachada, estas marcas são únicas e exclusivas, permitindo a sua identificação e distinção entre os demais.

### Fotografias

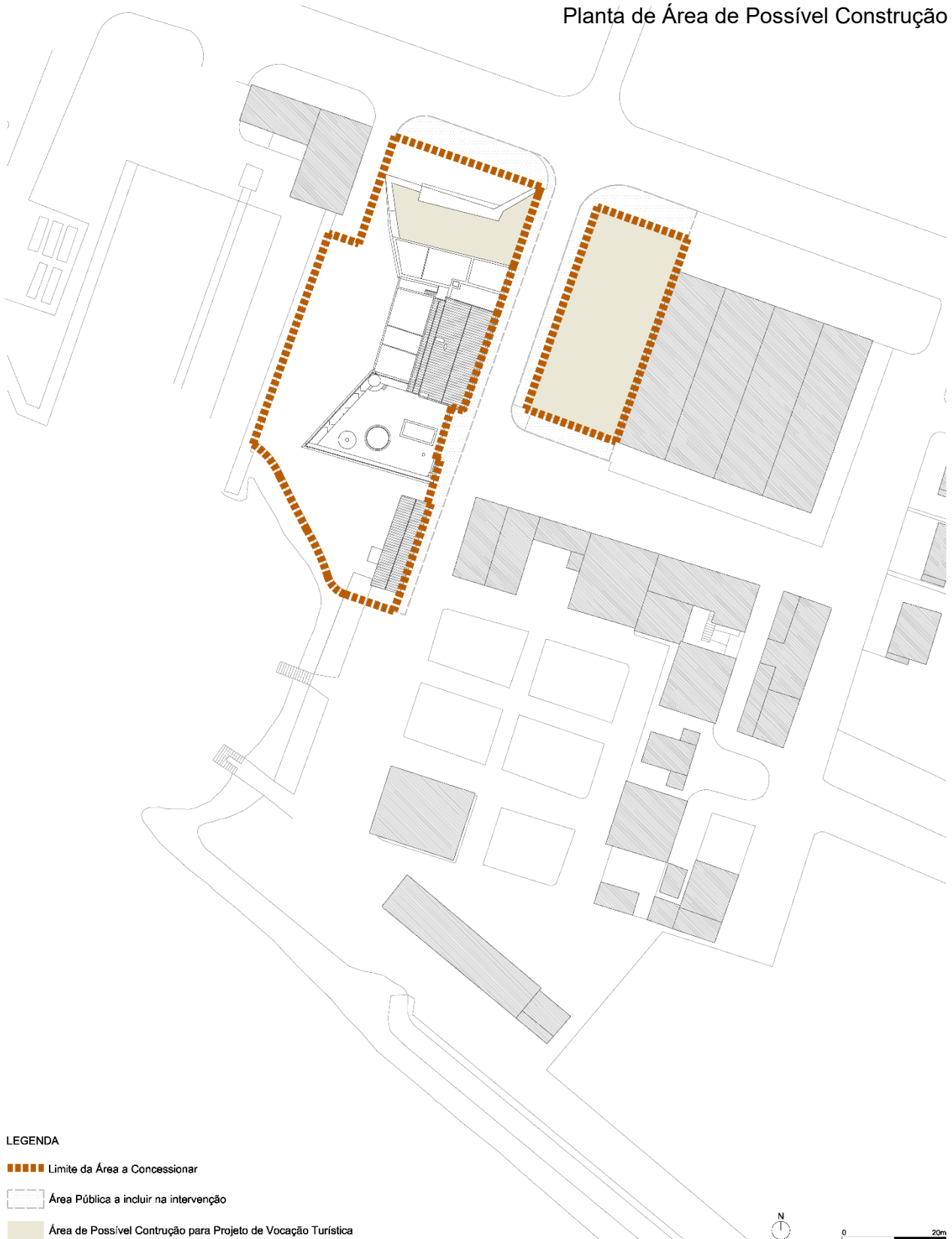


Farol (1)



Baluarte sul e Farol

## Planta de Área de Possível Construção



### 5.3 Área de Possível Construção

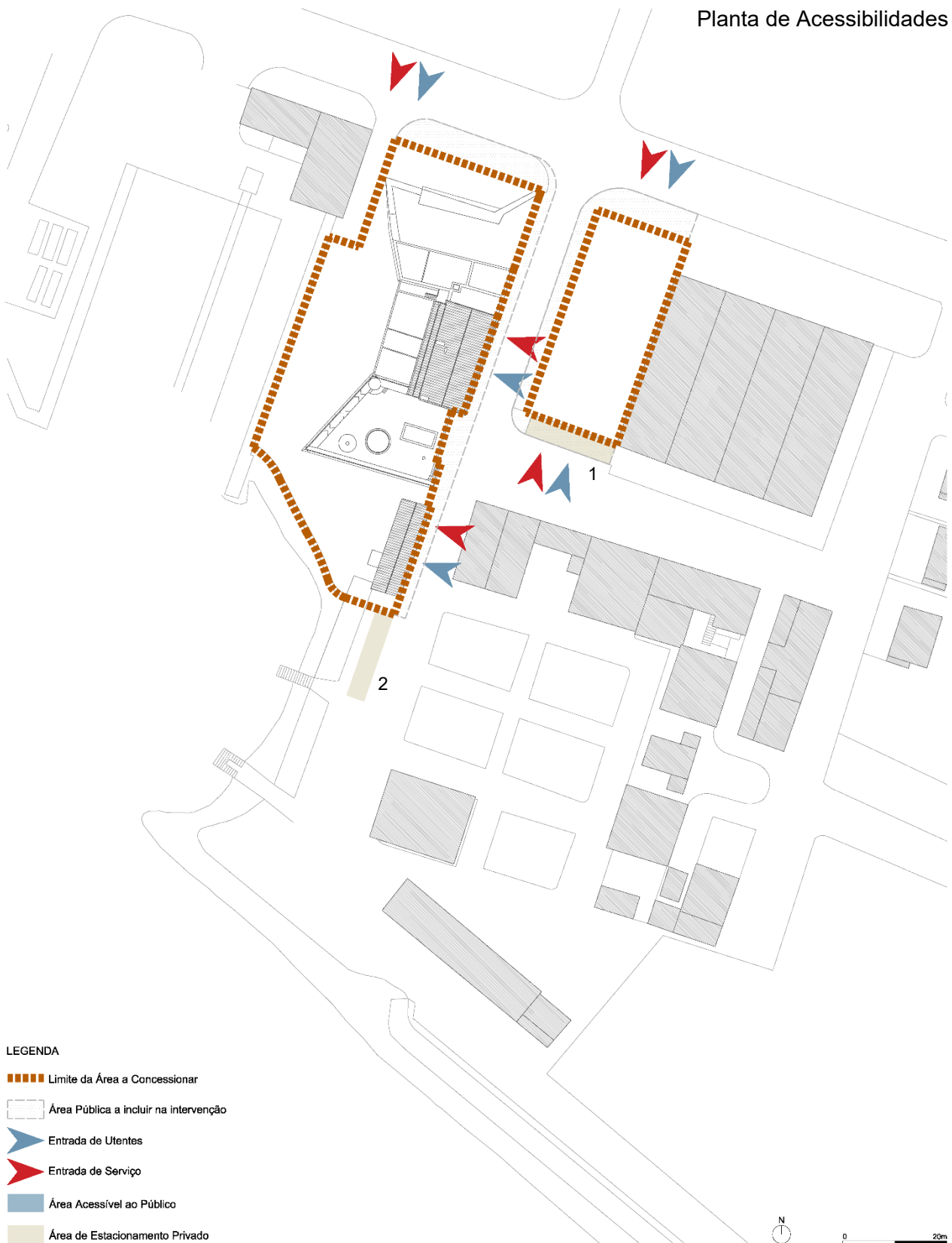
É permitida a ampliação da área de construção apenas ao nível do piso térreo no núcleo do Forte, de forma a não desvirtuar o imóvel. A área de possível expansão do edificado, com uma área de implantação de 228 m<sup>2</sup>, consiste no espaço livre intramuros na zona do baluarte norte.

Esta área deve funcionar como uma extensão do interior, não interferindo nem desvirtuando a leitura do conjunto edificado e do recinto amuralhado. As novas edificações não devem ser contruídas sobre muralha original, nem ultrapassar a cércea do baluarte sul.

No lote de terreno fronteiro e do lado Nascente do Forte é possível construir um edifício com 2 pisos em altura e com uma cércea igual à do edifício que integra o Forte. A implantação da nova construção poderá corresponder à totalidade da área delimitada e as fachadas deverão alinhar com os planos marginais das três ruas que delimitam o terreno.



## Planta de Acessibilidades





## 6. Acessos e Estacionamento

### Acessos

No âmbito desta intervenção deve ser estabelecida uma hierarquia de acessos, pedonais e viários, bem como públicos e privados, que permitam o correto funcionamento das diversas funções previstas para este empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística.

Atualmente existem três arruamentos que servem a área a concessionar, tanto a nível pedonal como viário, sendo o principal a Avenida do Porto Comercial, que permite o acesso ao lado norte do núcleo do Forte e do lote de terreno fronteiro ao Forte. O acesso comum a todos os espaços a concessionar realiza-se através da Rua do Forte da Barra é um arruamento secundário e perpendicular à avenida. Paralelamente à avenida, surge o último arruamento que permite o acesso ao lado sul do lote de terreno.

Será possível criar acessos distintos para os utentes e para os serviços, aproveitando a estrutura do edificado, permitindo assim obter uma distinção e uma hierarquia tanto para os acessos como para as funções a implementar.

### Estacionamento

Atualmente não existe uma zona de estacionamento exclusiva, existindo apenas a possibilidade de estacionamento público nas imediações. Tendo em conta a dimensão do conjunto a concessionar, serão concedidas duas zonas de estacionamento privativo da concessão, no lado Sul do lote de terreno fronteiro (1) e na Rua do Forte da Barra, no prolongamento do edifício anexo ao Forte (2).

### Áreas públicas

As áreas públicas, a incluir na intervenção, consistem em zonas para a criação de passeios e arranjos exteriores. Todas estas obras deverão ficar a cargo do concessionário, bem como, a alteração das infraestruturas existentes, caso seja necessário.



Exploração do Forte da Barra de Aveiro para a instalação de um empreendimento turístico,  
alojamento local ou outro projeto de vocação turística

## **Anexo I**

- Obrigações legais e exigências contratuais -



## OBRIGAÇÕES LEGAIS E EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS

### Classificação

A 21 de Dezembro de 1974 foi publicada, no Decreto n.º 735/74, DG, 1.ª série, n.º 297, a classificação do Forte da Barra de Aveiro como Imóvel de Interesse Público, existe uma proposta para uma Zona Especial de Proteção, datada de 12 de Outubro de 2016.

### Exigências contratuais

(1ª) É obrigatória a apresentação de um Relatório Prévio nos termos do Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho, abordando e fundamentando todos os aspetos da intervenção e a sua compatibilização com os aspetos patrimoniais a caracterizar, nos termos do artigo 15º do referido diploma.

(2ª) É igualmente exigível a apresentação de Relatório Final da Obra, previsto no mesmo diploma, e conforme dispõe o artigo 45º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro: "concluída a intervenção, deverá ser elaborado e remetido à administração do património cultural competente um relatório de onde conste a natureza da obra, as técnicas, as metodologias, os materiais e os tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, digitalizada ou outra sobre o processo seguido." A documentação fotográfica deverá abranger todos os aspetos sujeitos a intervenção, com registo da situação anterior, durante e após os trabalhos.

(3ª) O concessionário tem que apresentar um plano de manutenção de todo o conjunto patrimonial, tanto da área construída, como da área verde sobrance.

(4ª) A intervenção no Imóvel de Interesse Público (IIP) exige uma equipa e acompanhamento técnico pluridisciplinares nas várias áreas envolvidas, e inclui também trabalhos específicos no âmbito da conservação e restauro, designadamente no que se refere aos materiais e revestimentos primitivos em processo de degradação, a conduzir igualmente por técnicos da especialidade.

(5ª) A nova função e programa devem acautelar a leitura do conjunto do Forte e preservar a sua identidade, não interferindo negativamente na sua interpretação e fruição. Não devem ser interpostos obstáculos ou usos/ocupações indevidos/inadequados ao carácter deste sistema, devendo antes ser reforçadas as dinâmicas e a identidade de todo o conjunto do Forte.

(6ª) É primordial assegurar que a nova ocupação não acarreta riscos para a segurança e integridade do IIP e que garanta a reversibilidade e a compatibilidade relativamente ao IIP.

(7ª) Na adaptação do programa ao existente, ressalta-se a necessidade de respeito pela coerência/tipologia espacial, sistemas construtivos e materiais primitivos/consolidados, devendo ser restringidas as ações de demolição/alteração definitiva apenas aos aspetos adulterados e claramente dissonantes (ex. compartimentação recente, instalações sanitárias, etc.).

(8ª) Importa garantir que os meios de prevenção de segurança (ex. contra incêndios), bem como outros equipamentos e instalações técnicas, não lesem os valores patrimoniais em presença.

---

Estes meios e equipamentos não devem afetar irreversivelmente o Imóvel, pelo que em lugar do cumprimento “cego” da legislação específica, deve procurar-se o recurso a soluções mais adequadas e adaptadas ao IIP. Inclui-se aqui a não afetação das coberturas, devendo ser assegurada a continuidade da leitura dos telhados tradicionais (não interferência, por exemplo, das instalações de AVAC), bem como das fachadas voltadas para a rua, dos ambientes interiores (que não estejam destinados para o efeito) e das suas características construtivas e espaciais.

(9ª) Em particular no que se refere aos edifícios no núcleo do Forte, esta ocupação não deve sacrificar os elementos diferenciadores existentes e demais características espaciais e construtivas inerentes ao espaço em que se vai inserir, nem impedir a sua leitura e salvaguarda integrada (por exemplo qualidade do ar, humidade, etc.). Esta função deve portanto procurar uma adaptação às características do espaço e aos condicionalismos patrimoniais existentes.

(10ª) As obras de instalação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística no Forte da Barra de Aveiro devem obedecer a rigorosos critérios de respeito pelas pré-existências construídas, tratando-se de um imóvel classificado pelo Estado Português como Imóvel de Interesse Público, consequentemente com um elevado valor histórico e arquitetónico. As obras obedecerão a um projeto que deverá subordinar-se ao respeito pelo edifício, o que significa seguir o princípio da intervenção mínima. A coerência formal e construtiva do imóvel não pode ser posta em causa para viabilizar a instalação do empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística. Inevitavelmente a função deverá submeter-se ao primado dos valores patrimoniais. Outra lógica não faria sentido, já que é a mais-valia patrimonial que justifica a instalação do empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística neste imóvel.

(11ª) Essencialmente, os sistemas e materiais construtivos permanecem, em grande medida, presentes e coerentes. Assim, é absolutamente imperioso que esta intervenção respeite esta coerência e que as perturbações construtivas que daí advierem sejam minimizadas, tendo sempre presente que a introdução de novos materiais não deve gerar situações de incompatibilidade com os materiais existentes. Reforça-se a importância de que a obra resulte de um projeto de subordinação e não de imposição à estrutura histórica existente.



**Notas:**

Todos os trabalhos que incidam sobre materiais sensíveis e/ou de valor artístico – pedra, metais, estuques, pintura mural e outros, deverão ser executados por equipas com formação e prática de conservação e restauro.

No decurso dos trabalhos de escavação deverá haver um acompanhamento permanente de uma equipa de arqueologia. O acompanhamento arqueológico será feito de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 164/2014 de 2 de Novembro, e sobre eles será elaborado o relatório final (art.º 14º e 15º do D.L. 164/2014).

DGPC/DEPOF, Junho de 2019



Exploração do Forte da Barra de Aveiro para a instalação de um empreendimento turístico,  
alojamento local ou outro projeto de vocação turística

## **Anexo II**

- Levantamento Fotográfico -



Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado norte)



Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado nascente)



Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado nascente)



Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado sul)





Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado sul)



Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado tardoz)



Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado tardoz)



Vista Exterior – Núcleo do Forte (alçado tardoz)





Vista do terraço do baluarte sul para o pátio



Vista do interior do edifício anexo ao Forte



Vista do Farol



Vista do Farol





Vista do Farol



Vista do Farol



Vista do Farol



Vista do conjunto edificado



Exploração do Forte da Barra de Aveiro para a instalação de um empreendimento turístico,  
alojamento local ou outro projeto de vocação turística

### **Anexo III**

- Peças Desenhadas -

